

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS PADRE JOÃO COELHO CABANITA

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, sede e fins

ARTIGO 1º

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas Padre João Coelho Cabanita designada nestes Estatutos por APEC é uma Instituição sem fins lucrativos, com duração indeterminada, a partir desta data, com sede no edifício da Escola E.B.2,3 Padre João Coelho Cabanita.

ARTIGO 2º

São objectivos da APEC:

- a) Organizar, colaborar e participar em atividades com as Escolas, as famílias, a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Instituições sociais, educativas e outras, com ou sem fins lucrativos;
- b) Incrementar iniciativas que melhorem a relação alunos, pais, professores, auxiliares de ação educativa e outros agentes que intervenham no processo educativo;
- c) Contribuir para a identificação e análise de situações problemáticas referentes aos alunos do Agrupamento, fazendo todos os esforços para a sua resolução;
- d) Formular sugestões e participar na elaboração e execução dos instrumentos de planeamento educativo do Agrupamento, nomeadamente, Projecto Educativo/ Regulamento Interno/ Planos Anual e Plurianual de Actividades;
- e) Intervir junto das entidades oficiais e particulares, por si ou em conjugação com os órgãos directivos do Agrupamento, sempre que a sua acção possa ser de interesse para a comunidade educativa, nomeadamente, para os alunos.

CAPÍTULO II

Dos associados

ARTIGO 3º

A APEC é constituída pelos Pais e Encarregados de Educação dos alunos do Agrupamento Vertical de Escolas Padre João Coelho Cabanita que dela queiram fazer parte, devendo para tanto formalizar o pedido através do preenchimento da ficha de associado.

ARTIGO 4º

A APEC, terá duas categorias de associados:

- 1- Efectivos, as pessoas que se encontram na situação referida no artigo 3º.

- 2- Honorários, as pessoas ou Instituições que, através de serviços ou donativos dêem contribuições relevantes para a realização dos fins da APEC e que como tal sejam reconhecidas pela Assembleia Geral.

ARTIGO 5º

Constituem deveres dos associados:

- a) Cumprirem e respeitarem os presentes estatutos;
- b) Promoverem e zelarem pelo cumprimento dos objectivos da APEC;
- c) Comparecerem como elementos intervenientes, nas reuniões convocadas pelos órgãos sociais da APEC;
- d) Exercerem com zelo os cargos para que forem eleitos;
- e) Pagarem a quota de associado, cujo montante é fixado em Assembleia Geral, tratando-se de sócios efectivos;
- f) Tal quota é paga apenas uma vez, aquando da adesão do encarregado de educação à Associação de Pais, conferindo-lhe o estatuto de associado enquanto cumprir os demais requisitos previstos no presente estatuto.

ARTIGO 6º

Constituem direitos dos associados:

- a) Participarem nas reuniões da Assembleia Geral, bem como noutras que sejam legitimamente convocadas pelos respetivos órgãos sociais;
- b) Elegerem e serem eleitos;
- c) Serem mantidos ao corrente das atividades da APEC, bem como participarem naquelas que lhes sejam destinadas;
- d) Requererem a convocação extraordinária da Assembleia Geral nos termos do ponto três do artigo 16º.

ARTIGO 7º

Perderão a qualidade de membros efectivos da APEC, os associados que:

- 1 – a) Expressem por escrito, vontade de deixar de estar associados;
 - b) Não cumpram, manifestamente, o estipulado nos estatutos da APEC;
 - c) Quando deixarem de ter educandos a frequentar as escolas que fazem parte do âmbito de ação da APEC.
- 2 - O associado que por qualquer razão deixar de pertencer à associação, não tem direito a reembolso da quotização já paga ou de quaisquer donativos ou contribuições.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 8º

São Órgãos Sociais da APEC

- a) A Assembleia Geral.
- b) A Direcção.
- d) O Conselho Fiscal.

ARTIGO 9º

Nenhum cargo nos Órgãos Sociais é remunerado.

ARTIGO 10º

Mandato

- 1- A duração do mandato dos Órgãos Sociais é de dois anos. Proceder-se-á à sua eleição até ao fim do mês de Novembro do último ano de cada biénio. A Direcção cessante tem a obrigação de colaborar com os novos Órgãos eleitos, transmitindo de forma organizada toda a documentação da APEC, bem como pô-la ao corrente das matérias pendentes;
- 2- Quando as eleições não forem realizadas atempadamente, ou ocorrendo outra razão ponderosa, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos membros;
- 3- Quando no decurso de um mandato, ocorra uma vaga de um membro dos Órgãos Sociais, esta será ocupada pelo suplente imediato da mesma lista;
- 4- A duração do mandato dos novos membros coincidirá com o tempo dos inicialmente eleitos.

ARTIGO 11º

- 1- Os Órgãos Sociais são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria simples dos seus titulares;
- 2- As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos presentes; em caso de empate o presidente tem voto de qualidade.

ARTIGO 12º

Os membros dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas deliberações tomadas em reuniões onde estejam presentes, com excepção do referido no Artigo 13º.

ARTIGO 13º

Os membros dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos em que possam ser parte Interessada.

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

ARTIGO 14º

A Assembleia é constituída por todos os associados e cada membro pode fazer-se representar por outrem, mediante apresentação de uma declaração do representado à mesa da assembleia que poderá ou não aceitar essa representação com justificação.

ARTIGO 15º

- 1- A Assembleia é dirigida pela respectiva mesa que é constituída pelo Presidente, um Vice- Presidente e um Secretário;
- 2- O Presidente dirigirá os trabalhos, podendo ser substituído pelo Vice- Presidente nas suas ausências ou pelos presidente e vice-presidente respetivos do conselho executivo;
- 3- No caso de falta ou impedimento do vice-presidente ou secretário na mesa da Assembleia Geral, deverá esse membro ser substituído por um dos associados presentes escolhido por quem presidir à assembleia-geral.

ARTIGO 16º

- 1- As reuniões da Assembleia Geral podem ser ordinárias e extraordinárias.
 - a) A ordinária terá lugar, preferencialmente, quarenta e cinco dias após o início do ano lectivo e destina-se fundamentalmente à análise das actividades pedagógicas desenvolvidas, à apreciação das contas de gerência do ano anterior, novo orçamento e à eleição dos Órgãos Sociais, quando se trate do ano de fim de mandato;
 - b) A votação é feita por voto secreto.
- 2) As extraordinárias realizar-se-ão, sempre que sejam convocadas, por iniciativa da mesa da Assembleia, a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal ou de, pelo menos, um quinto dos associados.

ARTIGO 17º

- 1- A Assembleia Geral é convocada por anúncio no Átrio das escolas, por mensagem enviada através dos alunos, ou outro meio ao dispor como Web-page, correio electrónico ou SMS expedido para cada um dos associados com a antecedência mínima de oito dias, sendo indicado o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos;
- 2- São anuláveis as deliberações tomadas em matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se a maioria dos associados que comparecerem à reunião concordarem com o aditamento que será lido por quem presidir á mesa;
- 3- A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha com prévia justificação à realização da assembleia.

ARTIGO 18º

- 1- A Assembleia só poderá funcionar e deliberar, em primeira convocação com a maioria dos associados (50% +1);
- 2- Em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de associados;

- 3- Só terão direito a voto os associados com a quota única devidamente liquidada.

ARTIGO 19º

- 1- Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia são tomadas por maioria qualificada dos votos dos associados presentes;
- 2- As deliberações sobre alterações dos estatutos, cisão, fusão ou extinção da APEC, exigem o voto favorável de três quartos dos associados presentes;
- 3- Compete à Assembleia, no caso de dissolução, deliberar quanto ao destino dos bens.

ARTIGO 20º

De todas as reuniões da Assembleia Geral serão lavradas actas, que serão arquivadas em dossier próprio em papel e/ou suporte informático e assinadas pelos membros da respectiva mesa.

ARTIGO 21º

À Assembleia Geral compete deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições de outros Órgãos da Associação e, em especial:

- a) Definir as linhas gerais de actuação da APEC, de acordo com os legítimos interesses dos seus membros, no quadro dos objectivos previstos no artigo 2º deste estatuto;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da mesa da Assembleia Geral da Direcção e do Conselho Fiscal;
- c) Aprovar o relatório anual de contas;
- d) Deliberar sobre alterações estatutárias ou sobre a extinção da APEC;
- e) Fixar o montante da quota de associado;
- f) Deliberar sobre a perda da condição de associado, nos termos do ponto 1 do artigo 7º e sobre a concessão da qualidade de associado honorário, nos termos do ponto dois do artigo 4º;
- g) Deliberar sobre qualquer matéria da competência da Direcção que esta entenda dever submeter à sua apreciação;
- h) Analisar propostas apresentadas pelo Presidente da mesa, pela Direcção, pelo Conselho Fiscal, ou qualquer associado.

SECÇÃO III

Da Direcção

ARTIGO 22º

A Direcção da APEC é constituída por sete membros sendo um presidente, um vice-Presidente, um secretário, um tesoureiro e três vogais.

ARTIGO 23º

- 1- Na primeira sessão de trabalhos a Direcção fixará a periodicidade das suas reuniões.
- 2- As reuniões serão convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer um dos seus membros.

- 3- Os membros da Direcção são solidariamente responsáveis pelo regular exercício das atividades da APEC.

ARTIGO 24º

Compete à Direcção dirigir e administrar a APEC e designadamente:

- a) Velar pela organização e funcionamento das atividades da APEC;
- b) Gerir e manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores pertencentes à APEC;
- c) Elaborar orçamentos, apresentar contas de gerência e submetê-los à apreciação dos órgãos competentes;
- d) Deliberar sobre a admissão ou suspensão de membros efetivos;
- e) Celebrar acordos de cooperação com organismos oficiais, tais como Segurança Social, Autarquia, Direcção Regional de Educação e outros.

ARTIGO 25º

- 1-A Direcção reunirá de acordo com o estabelecido no artigo 23;
- 2-De todas as reuniões serão lavradas actas, que serão posteriormente assinadas pelos membros que estiveram presentes nas mesmas e arquivadas, preferencialmente em suporte eletrónico;
- 3-A Direcção só poderá reunir desde que a maioria dos seus membros esteja presente e as suas decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade;
- 4-Sempre que o julgue conveniente, a Direcção poderá convidar a assistir às suas reuniões delegados das organizações representativas, associados ou outros.

ARTIGO 26º

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Representar a APEC;
- b) Presidir às reuniões da Direcção;
- c) Coordenar e orientar a atividade da Direcção, diligenciando pela assiduidade e eficiência dos seus membros;
- d) Assinar os actos de mero expediente e, juntamente com outro membro da direcção, os actos e os contrato que obriguem a APEC.

ARTIGO 27º

- a) Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições;
- b) Substitui-lo nas suas faltas e impedimentos.

ARTIGO 28º

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das sessões e superintender nos serviços de expediente;
- b) Organizar os processos dos assuntos que devem ser apreciados pela Direcção;
- c) Manter actualizada a lista dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 29º

Compete ao Tesoureiro:

- a) Estruturar e manter em bom funcionamento o setor financeiro;
- b) Receber e guardar os valores da APEC;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o presidente e arquivar todos os documentos de receitas e despesas correntes.

ARTIGO 30º

Compete aos vogais exercer as funções que lhes sejam atribuídas pela Direção.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

ARTIGO 31º

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um Presidente e dois Vogais.

ARTIGO 32º

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Verificar todos os actos da administração da APEC zelando pelo cumprimento dos Estatutos;
- b) Dar o parecer sobre o relatório anual de contas de Gerência apresentadas pela Direção;
- c) Emitir parecer sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Assembleia Geral ou pela Direcção.

ARTIGO 33º

Os membros do Conselho Fiscal podem assistir, sempre que o julguem conveniente, às reuniões da Direção sem direito a voto.

ARTIGO 34º

- 1- O Conselho Fiscal deverá reunir, pelo menos uma vez por semestre;
- 2- De todas as reuniões serão lavradas actas, que serão devidamente arquivadas e assinadas pelos respectivos membros presentes.

CAPÍTULO IV

Regime Financeiro

ARTIGO 35º

Constituem receitas da APEC:

- a) As quotas pagas pelos associados, cujo valor, estabelecido pela Assembleia Geral, será indicado no boletim de inscrição;
- b) O rendimento de legados e doações;
- c) Os donativos e produtos de festas e subscrições;
- d) Os subsídios do Estado ou de outros organismos oficiais;
- e) O produto de atividades organizadas pela APEC e destinadas à comunidade escolar;
- f) Outras participações.

ARTIGO 36º

Constituem despesas da APEC:

- a) Pagamentos relativos a pessoal, material, serviços e outros encargos necessários ao bom funcionamento da APEC;
- b) Pagamento respeitante à participação em atividades ou outros encargos resultantes de iniciativas próprias ou em ligação com outras entidades públicas ou privadas;
- c) Pagamento das despesas efectuadas por membros dos corpos gerentes da APEC, quando em representação desta ou ao seu serviço.

ARTIGO 37º

- 1-Todos os valores monetários da APEC serão depositados em estabelecimento bancário à ordem da mesma, com exceção dos valores que constituem o fundo de maneio, a que se refere o número 4 do presente artigo;
- 2- A conta bancária da APEC será movimentada mediante a assinatura do Tesoureiro, conjuntamente com a assinatura do Presidente ou Vice-Presidente da Direcção;
- 3- Se houver impedimento temporário ou definitivo do tesoureiro será este substituído pelo Secretário;
- 4- Para despesas correntes haverá um fundo permanente (fundo de maneio) a fixar pela direcção e movimentado pelo tesoureiro.

CAPÍTULO V

Do processo eleitoral

ARTIGO 38º

- a) A eleição para a mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, efectuar-se-á mediante a apresentação de listas, as quais conterão o nome dos candidatos apresentados e a designação dos respectivos cargos, sendo eleita a lista mais votada;
- b) As listas serão entregues ao Presidente da mesa da Assembleia Geral, que as rubricará e afixará na sede do Agrupamento em local visível e com acesso a todos os potenciais candidatos;
- c) Serão aceites listas até oito dias antes da realização da Assembleia Geral Eleitoral;
- d) Só poderão ser eleitos para corpos gerentes da APEC, os membros associados que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos;
- e) A mesa da Assembleia Geral funciona como mesa de Assembleia Eleitoral e como mesa de voto, competindo-lhe organizar todo o processo eleitoral;
- f) O acto eleitoral decorrerá durante a Assembleia Geral;

- g) Junto de cada mesa da Assembleia Eleitoral poderá estar um membro de cada uma das listas candidatas;
- h) A eleição é feita por voto secreto;
- i) Os membros dos Órgãos Sociais só cessam funções com a posse dos seus substitutos eleitos;
- j) A tomada de posse dos novos órgãos sociais eleitos terá que ocorrer até trinta dias após o ato eleitoral, em reunião expressamente convocada para o efeito, perante os órgãos sociais cessantes.

CAPITULO VI

Disposições transitórias

ARTIGO 39º

Os associados que tenham já liquidado a quota de associado pelo menos uma vez, à data da produção de efeitos das alterações aos estatutos, mantêm a sua condição de sócio efetivo, nada mais sendo devido.